



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição de Âmbito PDA n.º 280

Projeto Híbrido de Montemor-o-Novo

setembro de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
Proposta de Definição de Âmbito n.º 280
Projeto Híbrido de Montemor-o-Novo.

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: setembro de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito relativa ao Projeto Híbrido de Montemor-o-Novo.

O proponente do Projeto é a Empresa C. SOLAR NE06-1 LARANJAL, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis de 07 a 27 de agosto de 2026.

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- Câmara Municipal de Montijo.
- Câmara Municipal de Palmela.
- Câmara Municipal de Vendas Novas.

Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.

Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Foram recebidas 43 exposições com a seguinte proveniência:

- Associação Alentejo com Vida.
- Incognitiworld 2, Unipessoal Lda.
- 41 Cidadãos.

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Associação Alentejo com Vida

A associação considera prioritária a avaliação dos impactes sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, defendendo a realização de inventários de captações de água, monitorização dos níveis freáticos e análise dos potenciais efeitos da instalação do projeto sobre a disponibilidade hídrica, a recarga dos aquíferos e a vulnerabilidade à seca e à desertificação. Foram igualmente manifestadas preocupações quanto à eventual contaminação dos recursos hídricos decorrente do funcionamento do sistema de armazenamento de energia e das restantes infraestruturas associadas.

Solicita, ainda, uma avaliação aprofundada dos efeitos sobre o montado, os habitats naturais e a flora protegida, nomeadamente através da identificação dos povoamentos de sobreiro e azinheira potencialmente afetados, da cartografia dos habitats de interesse comunitário e da definição de medidas de compensação adequadas.

Relativamente à fauna, destaca a necessidade de avaliar os impactes sobre a conectividade ecológica, a avifauna, os quirópteros e outras espécies com estatuto de conservação relevante, bem como os riscos de colisão, eletrocussão e efeito barreira associados às infraestruturas projetadas.

No âmbito dos riscos tecnológicos, é defendida a realização de uma avaliação específica dos riscos associados ao sistema de armazenamento por baterias (BESS), incluindo cenários de incêndio, explosão, fuga térmica e emissão de substâncias perigosas, bem como a definição de distâncias de segurança e planos de emergência.

Refere igualmente a necessidade de avaliar os impactes na paisagem, no ambiente sonoro e na qualidade de vida das populações, através da realização de estudos de visibilidade, modelação do ruído e análise dos efeitos de sombra dos aerogeradores.

São ainda abordadas questões relacionadas com a salvaguarda do património arqueológico e cultural, a transparência na avaliação das diferentes componentes do projeto, a necessidade de análise integrada dos impactes cumulativos com outros projetos existentes na região e a avaliação de alternativas de localização, incluindo a alternativa de não realização e soluções localizadas em áreas já artificializadas ou degradadas.

Por último, é defendida a elaboração de um plano de desativação das infraestruturas, acompanhado por garantias financeiras adequadas, e a consideração dos efeitos do projeto nas emissões de carbono, na economia local e na saúde humana

Incognitiworld 2, Unipessoal Lda.

Empresa titular da Central Solar Fotovoltaica de Pegões, apresentou contributo no âmbito da consulta pública salientando a necessidade de o futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA) identificar e caracterizar adequadamente aquele projeto já licenciado e as respetivas infraestruturas associadas.

Considera que o EIA deverá proceder a uma avaliação específica das eventuais interferências físicas, territoriais, técnicas e jurídicas resultantes da implementação do Projeto Híbrido de Montemor-o-Novo, nomeadamente em matéria de corredores da linha elétrica, localização de apoios, acessos, servidões e outras restrições associadas às infraestruturas existentes.

Solicitou, ainda, a análise das diferentes alternativas de implantação e corredores, privilegiando soluções que evitem incompatibilidades com o projeto fotovoltaico de Pegões, bem como a definição de medidas de prevenção, minimização e mecanismos de articulação técnica entre as partes envolvidas, de forma a salvaguardar a viabilidade e exploração das infraestruturas já licenciadas.

Cidadãos:

Foram recebidas 41 exposições de cidadãos, verificando-se uma expressiva predominância de posições desfavoráveis ao projeto. Destas, 40 correspondem a participações de discordância, tendo sido registada apenas uma participação favorável.

Concordância

A participação favorável refere, de forma genérica, a importância da proteção ambiental.

Discordância

As participações dos cidadãos que manifestaram oposição ao projeto incidem, sobretudo, sobre os potenciais impactes ambientais, territoriais, paisagísticos e socioeconómicos associados à implementação do Projeto Híbrido de Montemor-o-Novo.

Os participantes manifestam preocupações relativamente à ocupação e artificialização de solos atualmente afetos a usos agrícolas, florestais e pecuários, bem como ao potencial abate de árvores e à afetação de áreas de montado de sobre e azinho. C

Consideram que estas intervenções poderão contribuir para a perda de biodiversidade, para a redução das funções ecológicas do território e para a ocupação permanente de solos com aptidão agrícola e florestal. Algumas participações questionam igualmente a compatibilidade do projeto com as condicionantes e restrições previstas nos instrumentos de gestão territorial aplicáveis aos concelhos abrangidos.

São igualmente referidos potenciais impactes sobre habitats naturais, fauna terrestre, avifauna, quirópteros e corredores ecológicos, destacando-se a possibilidade de fragmentação de habitats e de afetação de espécies com interesse para a conservação.

É ainda mencionada a criação de barreiras físicas associadas às vedações da central fotovoltaica e às restantes infraestruturas, suscetíveis de limitar a circulação da fauna e de afetar a conectividade ecológica da região.

Diversos participantes defendem o aprofundamento da avaliação dos impactes ecológicos e dos impactes cumulativos resultantes da crescente concentração de projetos de produção de energia renovável na região, considerando necessária uma análise integrada dos efeitos combinados sobre os ecossistemas, os recursos naturais e o território.

A componente paisagística constitui uma das preocupações mais frequentemente mencionadas, sendo referido que a instalação da central fotovoltaica, dos aerogeradores, do sistema de armazenamento de energia, da linha elétrica e das restantes infraestruturas poderá contribuir para a descaracterização da paisagem rural e para a alteração duradoura das características visuais e identitárias do território.

É ainda salientado o potencial impacto na qualidade cénica da paisagem agrícola e pastoril, com eventuais repercussões nas atividades de lazer, recreio e turismo existentes na região.

Foram também manifestadas preocupações relativamente aos recursos hídricos, incluindo os potenciais efeitos sobre aquíferos, linhas de água, qualidade da água e disponibilidade hídrica local. Algumas participações alertam igualmente para os riscos ambientais e tecnológicos associados ao sistema de armazenamento de energia por baterias, nomeadamente em matéria de segurança, contaminação ambiental e risco de incêndio.

No plano socioeconómico, são referidos potenciais efeitos negativos sobre as atividades agrícolas, pecuárias, florestais e turísticas, bem como sobre a qualidade de vida das populações residentes. Neste contexto, são apontadas preocupações relacionadas com o ruído gerado pelos aerogeradores, a proximidade das infraestruturas às habitações, a perturbação decorrente das fases de construção e exploração do projeto e a eventual degradação da atratividade do território. É ainda considerada insuficiente a informação disponibilizada relativamente aos benefícios, contrapartidas e medidas compensatórias destinadas às populações e comunidades afetadas.

Adicionalmente, várias participações defendem a necessidade de avaliar alternativas de localização que privilegiem áreas já artificializadas, degradadas ou edificadas, bem como a salvaguarda dos valores patrimoniais e arqueológicos presentes na área de estudo. Foram ainda suscitadas questões relacionadas com a pegada ecológica associada ao fabrico, transporte e desativação dos equipamentos previstos, incluindo os painéis fotovoltaicos e os respetivos processos de reciclagem e gestão de resíduos em fim de vida.

Por último, diversos participantes questionam o modelo de desenvolvimento energético subjacente ao projeto, defendendo uma maior articulação entre os objetivos da transição energética, a proteção ambiental, a preservação da biodiversidade e a salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e rurais da região, privilegiando soluções de menor escala e localizações de reduzida sensibilidade ambiental.

Em resultado destas preocupações, a maioria das participações conclui pela discordância relativamente ao projeto e solicita uma avaliação rigorosa dos seus potenciais impactos ambientais, territoriais, paisagísticos e socioeconómicos, bem como das alternativas e medidas de minimização a considerar no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental.

Conclusão da Participação Pública:

A consulta pública do Projeto Híbrido de Montemor-o-Novo reuniu contributos provenientes de uma associação, de uma entidade empresarial e de cidadãos, verificando-se uma predominância expressiva de posições desfavoráveis ao projeto.

As preocupações manifestadas convergem, sobretudo, para os potenciais impactos do projeto sobre os recursos hídricos, os habitats naturais, o montado, a biodiversidade, a fauna, a avifauna, os quirópteros e os corredores ecológicos, bem como para os efeitos decorrentes da ocupação e artificialização de áreas agrícolas, florestais e pecuárias.

Foram igualmente salientados os potenciais impactos paisagísticos associados à instalação da central fotovoltaica, dos aerogeradores, da linha elétrica, do sistema de armazenamento de energia e das restantes infraestruturas previstas.

Entre os aspetos mais frequentemente referidos destacam-se ainda a necessidade de avaliação dos impactos cumulativos com outros projetos existentes ou previstos na região, os potenciais efeitos sobre os recursos hídricos, as atividades económicas locais e a qualidade de vida das populações, bem como os riscos tecnológicos associados ao sistema de armazenamento por baterias.

Foram também suscitadas questões relativas à proteção do património cultural e arqueológico, à definição de medidas de compensação e benefícios para os territórios afetados e à análise de alternativas de localização, privilegiando áreas já artificializadas ou de menor sensibilidade ambiental.

A empresa Incognitiworld 2, Unipessoal Lda. centrou o seu contributo na necessidade de assegurar a compatibilidade do projeto com infraestruturas energéticas previamente licenciadas, defendendo a avaliação das potenciais interferências físicas, técnicas e territoriais e a adequada articulação entre projetos.

Em síntese, as participações recebidas evidenciam a importância de o futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA) aprofundar a análise dos potenciais impactos ambientais, territoriais, paisagísticos e socioeconómicos associados ao projeto, nomeadamente no que respeita aos recursos hídricos, biodiversidade, paisagem, património cultural, qualidade de vida das populações e impactos cumulativos, bem como à fundamentação das alternativas consideradas e das medidas de minimização, compensação e monitorização a adotar.

Os Originais das exposições, apresentadas durante o período de Consulta Pública, encontram-se arquivadas no processo administrativo da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).